

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 11 | Nº 33 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7059306>



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NA ILHA DE MOÇAMBIQUE: DA EXPERIÊNCIA CULTURAL ÀS QUESTÕES SOCIOPOLÍTICAS

Lucas Paulo Mabunda¹

Manuel Zacarias²

Fausto Inácio³

Realito Adamugy Momade⁴

Resumo

O artigo propõe-se a analisar a participação da mulher nos processos de tomada de decisão no município da Ilha de Moçambique, a partir de uma pesquisa qualitativa, da variante narrativa. Tendo acionado o inquérito por entrevistas semiabertas, aos residentes da Ilha de Moçambique, procurou-se compreender a dinâmica de inserção da mulher nos processos de tomada de decisão, numa perspectiva cultural, a sociopolítica. A pesquisa, indica que a participação da mulher nos processos de tomada de decisão, sempre esteve condicionada por questões culturais e religiosas, porém atualmente ela é colocada em causa por questões, político-partidárias, onde apenas é incorporada a mulher que pertence a um determinado partido. Constatamos igualmente que a nível local, a paridade nos órgãos de gestão pública, está muito longe de ser atingida a sua meta.

Palavras-chave: Cultura. Ilha de Moçambique. Mulher. Participação Política.

Abstract

This article proposes to analyze the participation of women in decision-making processes in the municipality of Mozambique Island, based on a qualitative research, using the narrative variant. Having triggered the survey through semi-open interviews with residents of the Mozambique Island, we sought to understand the dynamics of women's insertion in decision-making processes, from a cultural, socio-political perspective. The research indicates that women's participation in decision-making processes has always been conditioned by cultural and religious issues, but currently it is questioned by political-partisan issues, where only women who belong to a certain broken. We also note that at the local level, parity in public management bodies is far from being achieved as its goal.

Keywords: Culture. Mozambique Island. Political Participation. Woman.

INTRODUÇÃO

Neste texto, discutimos a participação da Mulher, nos processos de tomada de decisão partindo da experiência cultural a questões sociopolíticas, a partir de um estudo empírico envolvendo mulheres residentes no município da Ilha de Moçambique. A participação da mulher e a equidade do género, é um direito consagrado nos instrumentos internacionais a que muitos Estados adoptaram e Moçambique em

¹ Graduando em Desenvolvimento Local e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio. E-mail para contato: lucaskefentsemabunda@gmail.com

² Graduando em Desenvolvimento Local e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio. E-mail para contato: zacariasjunior769@gmail.com

³ Graduando em Desenvolvimento Local e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio. E-mail para contato: faustofranciscoinacio@gmail.com

⁴ Professor e Pesquisador da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio. E-mail para contato: realmomade15@gmail.com



Particular como forma de erradicar a discriminação baseada no sexo, envolvendo a mulher em todos os processos políticos e nos postos de gestão pública em pé de igualdade com o homem.

Moçambique é signatário de vários instrumentos internacionais que versam sobre os direitos da mulher, como o caso da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher; Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos Humanos em África; Declaração Universal dos Direitos do Homem e Política Nacional de Ação para o Avanço da Mulher, entre outros, que estabelece princípios de participação, não discriminação e equidade do género.

DESCONSTRUINDO PARTICIPAÇÃO

A palavra participação, tem vários significados, que variam muita das vezes da situação em que enquadra. A etimologia da palavra participação é dada por Benincá (1995):

De acordo com a etimologia da palavra, participação origina-se do latim "participatio" (pars + in + actio) que significa ter parte na acção. Para ter parte na acção é necessário ter acesso ao agir e às decisões que orientam o agir. [...] E só será sujeito da acção quem puder decidir sobre ela.

De acordo com Souza (2004), a participação é um dos cinco princípios da democracia, que possibilita transformar em realidade os outros quatro princípios – igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade. Constitui-se como um direito de todos os indivíduos, independente do credo, da classe social, do género, da cor ou da idade.

Costa e Costa (s/d, p. 2), entende que:

A Participação precisa acontecer sem limitações nem restrições, podendo assumir diferentes níveis, a saber: na família, no bairro, na escola, nos espaços de atividades culturais, no emprego, nas decisões políticas da cidade, do estado e do país. Isso, porque todos devem entender e assumir a corresponsabilidade com as questões locais, nacionais e mundiais.

Bordinave, fala da participação “política” dela, no sentido de que as estratégias altamente centralizadas têm fracassado na mobilização de recursos económicos e no desenvolvimento da iniciativa própria para tomar decisões locais. A participação popular e a descentralização das decisões mostram-se como caminhos mais adequados para enfrentar os problemas graves e complexos dos países em desenvolvimento.



MULHERES NA POLÍTICA

Historicamente, nas sociedades ocidentais, a participação das mulheres na política em comparação com os homens tem sido baixa (NASCIMENTO, 2013, p. 3).

Estudos sobre o comportamento político, durante as décadas de 1960 até 1980, as mulheres eram consideradas “apegadas” ao modo de vida ou à organização social em que viviam, tendo assim, resistência às mudanças. Esse era um argumento comum utilizado para justificar os entraves da ascensão da mulher no cenário político, visto que (segundo esse viés) elas não fariam diferença se chegassem ao poder, pois não realizariam grandes mudanças (COUTO, 2012, p. 42).

Outro argumento utilizado para justificar a ausência feminina na política é a diferença baseada em fatores biológicos, como comportamento, inteligência ou personalidade. A afirmação sobre uma inferioridade biológica não é algo nova (FERREIRA, 2004).

As justificativas para essa inferioridade basearam-se (sobretudo no século XIX) nas características biológicas e físicas do sexo feminino: a "fragilidade natural" e o potencial reprodutivo do corpo feminino seriam determinantes de sua natureza passional e passiva, de suas funções na sociedade (a saber, a maternidade e o cuidado do lar e das crianças), de sua inteligência inferior à do homem e, como consequência disso, de sua subordinação ao mesmo: a mulher seria a representante da Natureza, enquanto isso o homem representaria a Ciência.

Há uma formação de estereótipos em relação à participação das mulheres no campo da política como Biroli (2010), onde a autora afirma que existe uma naturalização quanto à exclusão das mulheres na esfera pública, sendo utilizada como argumento de legitimação para o que a autora chama de “negócio de homens”, ela demonstra que o argumento é levantado da seguinte forma, onde “as mulheres não se interessariam pelos debates políticos e, menos ainda, por participar da política institucional porque estariam „naturalmente“, voltadas para o que lhes seria mais caro: a vida privada, a esfera doméstica, a maternidade” (BIROLI, 2010, p. 274), a autora se baseia em Paterman (1993) para explicar esse fenômeno, onde Paterman aponta que o gênero é o principal elemento sobre as definições modernas na oposição público-privado, e que é, portanto, o eixo central para o debate.

Uma das metas globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 – Igualdade de Gênero, é de garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública e adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.



CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER

Vários são os fatores que contribuem para a fraca participação da mulher nos processos de tomada de decisão. Gonçalves (2009, p. 4), argumenta que:

Os fatores que dificultam sua participação política, por exemplo: educação sexista; a sua socialização política que não as motivam a se candidatar para cargos políticos; ambivalência feminina acerca do êxito; a não distribuição de tarefas domésticas com o parceiro; falta de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres; uma divisão social de trabalho que as reafirmam como reprodutoras e cuidadoras; a sistemática exclusão da esfera pública que as colocam no âmbito do privado e, conseqüentemente, limita a sua participação na esfera política e em âmbitos de tomada de decisões.

A resistência vem de uma cultura patriarcal, que se plasma numa relação de poder e subordinação entre homens e mulheres, onde elas são constantemente relegadas ao espaço delimitado da reprodução, do privado e do doméstico. Deve-se ao fato de que as mulheres viveram sob um sistema patriarcal, onde foram destinadas a passar da dominação do pai para a submissão ao marido, sem condições para exercer uma cidadania plena, com direitos e deveres. São encontradas “raízes” dessa exclusão em diversos períodos clássicos da História da humanidade (PERROT, 2007, p. 151).

CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

A Cidade da Ilha de Moçambique localiza-se a leste da Província de Nampula e dista da Cidade capital aproximadamente a 183 km e tem uma área de 445km². Pode-se chegar a Ilha de Moçambique por via rodoviária, marítima e aérea.

A ligação entre a zona Continental e a Ilha Insular faz-se através da Ponte com 3.8km, construída em 1966. a Temperatura média anual é de 26° C e a precipitação média é de 870 mm.

Segundo Matusse (2003) *apud* Patrão e Vasconcelos-Raposo (2012), administrativamente, a Ilha possui um padrão e estrutura urbanísticos que compreende 7 bairros: Unidade, Litine, Marangonha, Esteu, Areal, Magaribe e Museu. De acordo com Matusse e colaboradores (2003), relativamente à sua economia, a Ilha, baseia-se, essencialmente, em atividades como a agricultura, comércio, pecuária, indústria e turismo, dos quais se destaca este último, etnicamente é constituída por uma mistura de elementos de origem macua, goeses, baneanes, indianos e europeus.



População

Segundo o último censo populacional e de habitação (INE, 2017), na Ilha de Moçambique viviam cerca de 65.712 habitantes, dos quais 56.648 na zona continental e 9.064 na zona insular. Contudo e de acordo com censo populacional e de habitação (INE, 2007), o número de habitantes era de 48.839 habitantes, sendo 25.337 do sexo masculino (52%) e 23.502 do sexo feminino (48%). Ainda segundo o mesmo censo, dos 48.839 habitantes, 31.483 habitantes viviam na zona continental (64,5%) e 17.356 habitantes na zona insular (35,5%).

METODOLOGIA

Considerando que a realização de uma pesquisa envolve muitos aspectos importantes como o tipo de pesquisa e o percurso metodológico seguido para alcançar os resultados, importa esclarecermos que, neste trabalho, optamos por pesquisa de abordagem qualitativa na variante narrativa.

Consideramos a metodologia narrativa, como a mais adequada ao estudo, pois exige na recolha de dados, uma atenção especial com os sujeitos durante os seus depoimentos, assim como permite “encontrar um sentido para a experiência e compreender com maior profundidade o que lhe está subjacente, bem como o que se lhe seguirá, sendo está uma ideia que também defendemos” (GOMES, 2003, p. 14). Para tal, “o registo, a transcrição e a interpretação do que for revelado carece uma demonstração de modo a tornar acessível a sua partilha em contextos e fóruns de debate educacionais” (NICAQUELA; ASSANE, 2021, p. 11).

Ferreira e Gonçalves (1992) referem que durante este processo revelamos a natureza narrativa do nosso conhecimento e que, apesar de terem um carácter subjetivo, resultante de uma influência tripla (sintaxe, semântica e pragmática), poisas narrativas parecem ser o melhor instrumento, se pretendermos manter o máximo de genuinidade de uma experiência. Logo que a descreve, o contador coloca já uma parte de interpretação naquilo que os seus sentidos informam.

Assim, a pesquisa narrativa é o caminho para se entender a experiência (OLIVEIRA, 2016) refere que ao buscar entender a experiência dos sujeitos por meio da narrativa, resgata-se a sua subjetividade, focando as singularidades e particularidades dos sujeitos em face aos processos educacionais.

Para a recolha de informação, optamos por entrevistas presenciais a oito residentes do distrito da Ilha de Moçambique, província de Nampula, na Região Norte de Moçambique, por tanto trata-se de mulheres que residem na Ilha há bastante tempo. As entrevistas presenciais foram feitas a cada



residente, seguindo todo o protocolo sanitário de mitigação e prevenção da COVID-19. Este último aspecto constituiu o principal critério para inclusão no estudo.

Considerações Éticas

A realização da pesquisa foi mediante o consentimento dos participantes e salientamos que a participação das mulheres foi voluntária e livre. A fim de preservar as identidades dos participantes e seus bairros, uma vez que, não tivemos a autorização para a publicação dos seus nomes, decidimos codificar as fontes dos textos produzidos obedecendo a seguinte fórmula “Mn”. Onde o “M” representa mulher e “n” número de ordem a entrevistas.

Temos a sublinhar que não houve troca de favores nem ofertas monetárias aos participantes. O único incentivo foi a explicação que demos sobre a importância do estudo para os pesquisadores e aos próprios participantes enquanto residentes na Ilha de Moçambique.

Apresentação e Análise da Pesquisa

Neste ponto apresentamos os resultados do trabalho de campo que realizamos com mulheres residentes nos bairros, localizados no distrito da Ilha de Moçambique, na Província de Nampula no norte de Moçambique. Conforme fizemos menção no capítulo das considerações éticas, os participantes e seus bairros, omitimos deliberadamente, para assegurar o anonimato, integridade e dignidade. Importa salientar que os resultados agrupamos em 4 categorias de análise cuja fonte foram as questões que formulamos para serem respondidas pelos participantes de forma presencial: i) Caracterização dos participantes; ii) Representação da mulher nos postos de tomada de decisão; iii) Participação política da mulher no passado; iv) Participação e oportunidades na atualidade

Caracterização dos Participantes

De entre as oito entrevistadas, três estão em idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos, duas entre os 36 e os 45 anos, uma entre os 46 e os 55 anos e duas entre os 56-65. No Quadro 1 podemos ainda verificar o nível de escolaridade, de acordo com o grupo etário de cada participante. Das oito guias, três tem o nível primário feito, quatro tem o nível secundário e uma encontra-se no ensino superior.



Quadro 1 - Nível de escolaridade das entrevistadas, por grupo etário

	Primário	Secundário	Superior
25-35	-	2	1
36-45	1	1	-
46-55	1	-	-
56-65	1	1	-

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de campo.

Representação da Mulher nos Postos de Tomada de Decisão

A Ilha de Moçambique está muito distante de cumprir com a paridade nos órgãos decisórios (Quadro 2).

Quadro 2 - Indicadores de género em postos de tomada de decisão na Ilha de Moçambique

Órgão	M	H	T
Administrador do Distrito	--	1	1
Presidente do Município	--	1	1
Diretores Distritais	2	2	4
Vereadores	0	6	6
Membros da Assembleia Municipal	16	5	21

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de campo.

O número 1 do artigo 12, do PROTOCOLO DA SADC SOBRE O GÉNERO E DESENVOLVIMENTO PARTE III, estabelece que, “Os Estados Partes deverão esforçar-se para que, até 2015, pelo menos 50% dos cargos decisórios nos sectores público e privado sejam ocupados por mulheres, incluindo o uso de medidas de ação afirmativa” e no seu número 2 que os Estados Partes deverão assegurar o estabelecimento de todas as medidas legislativas e outras, a todos os níveis, acompanhadas de campanhas de sensibilização pública que demonstrem o vínculo vital entre a igual representação e participação de mulheres e homens em cargos decisórios e a democracia, a boa governação e a cidadania.

Com os dados acima apresentados, notamos que a Ilha de Moçambique não chega nem a um terço de representatividade nos postos de tomada de decisão, havendo uma grande presença de homens nos cargos importantes, como de vereadores e diretores distritais.

Participação Política da Mulher no Passado

Nesta categoria pretendíamos ouvir das participantes sobre suas lembranças em volta da participação política das mulheres no passado. A seguir apresentamos alguns trechos das narrativas das participantes envolvidas no estudo:



Aqui na Ilha de Moçambique, há muito tempo, essas coisas de mulher se envolver na política era coisas só para homens e não para as mulheres. E era assim que éramos ensinadas em casa, que só os homens podiam ir aos comícios, se candidatarem, e nós as mulheres devíamos fazer trabalhos domésticos.

Antigamente éramos proibidas de ir às reuniões, comícios, se candidatar. Essas coisas eram para homens, porque nós fomos ensinadas a ficar em casa e cuidar do nosso lar. Quando nos chamavam nessas atividades, era só para ficarmos na cozinha e prepararmos o espaço, e depois nos tiravam.

De acordo com Sheldon (2002), na tradição macua, as mulheres são ensinadas a ter um comportamento de esposa e nas cerimónias de iniciação as raparigas, com cerca de 10 anos de idade, são ensinadas relativamente aos seus deveres para com os futuros maridos. Nos ritos de iniciação dos rapazes eles são orientados para questões de bravura e responsabilidade. Estes ritos de iniciação são praticados ainda hoje, no entanto são menos comuns nas áreas urbanas.

Porém, no litoral a influência muçulmana contraria parcialmente a tradição matrilinear Macua e teve, desde sempre ênfase na posição do homem, ou seja, uma linhagem masculina, onde são os homens que asseguram assuntos económicos, religiosos e familiares, uma diferença ainda reforçada pela poligamia (COSTA, 2018).

Aristóteles, ao referir-se à mulher, ele a compara com o escravo, ou seja, alguém que foi brutalmente excluído pela sociedade da possibilidade de exercer qualquer direito. “Entre os bárbaros, a mulher e o escravo se confundem na mesma classe. Isso acontece pelo fato de não lhes ter dado a natureza o instinto do mando [...]” (ARISTÓTELES, 1998, p. 14).

Esta é uma evidência do poder da cultura e da religião como um entrave ao empoderamento das camadas desfavorecidas, neste caso concreto da Ilha de Moçambique são as mulheres em situação de desvantagem, quando o assunto faz menção a participação desta nos assuntos políticos.

Participação e Oportunidades na Atualidade

Neste ponto, o objetivo era de aferir oportunidades e as dinâmicas atuais da participação da mulher nos processos de tomada de decisão, desde o bairro aos níveis subsequentes. Questionadas se são convocadas para reuniões do bairro e dos órgãos autárquicos, responderam nos seguintes termos:

Hoje nos chamam para participar nas reuniões dos bairros, e muitas mulheres têm lá ido. Mas ainda há um grande desafio, primeiro porque alguns homens não deixam suas mulheres irem nessas reuniões, segundo porque as pessoas são convocadas em função da sua filiação partidária. Se és do partido da oposição, não és chamado para a reunião.



Eu tenho participado sim, todas nossa da OMM nos reunimos sempre no bairro. Mesmo quando veem um dirigente grande, vemos-lhes receber. Mas aqueles da oposição negam de ir nessas reuniões porque são muito confusas, por isso não participam, só nós da OMM.

Eu nunca fui chamada nas reuniões do bairro, porque aqui existe aquilo de que se és de um partido x, diferente a deles, não és chamado, apenas chamam mulheres que são do partido deles.

Os argumentos supramencionados, apresentam visões comuns relativamente a intolerância política verificada como protesto para não inclusão da mulher em várias iniciativas locais de participação política.

O artigo 9, da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos nos Direitos das Mulheres em África de (2003), estabelece que:

1. Os estados partes realizam ações positivas específicas para promover a governação participativa e a participação paritária das mulheres na vida política dos seus países, através de uma acção afirmativa e uma legislação nacional e outras medidas de forma a garantir que:
 - a) Participem em todas as eleições, sem qualquer discriminação;
 - b) Estejam representadas em paridade com os homens e em todos os níveis nos processos eleitorais;
 - c) Sejam parceiras iguais dos homens a todos os níveis de desenvolvimento e de implementação das políticas e programas de desenvolvimento dos Estados e das autarquias locais.
2. Os estados partes garantem uma maior e efetiva representação e participação da mulher a todos os níveis de tomada de decisão.

Quando são convocadas pelas estruturas do bairro ou do município, quais são os assuntos dominantes:

Nas reuniões, somos chamados para discutir sobre o saneamento do meio, as valas, o lixo e preservação do Macuti. Nunca discutimos sobre mulher.

Somos chamados para receber grandes chefes apenas. Agora que veio o Governador de Nampula, devíamos-lhe receber na ponte, mas por causa do Ramadan, não foi possível lhe recebermos.

Quando é uma reunião sobre oportunidades para mulheres, levam pessoas do seu seio familiar e partidário. As mulheres que não se identificam com o partido das estruturas são deixadas de fora. Mas quando é assunto que não envolve benefícios, chamam todas do bairro para poder participar.

Os argumentos acima apresentados, revelam que não se prioriza a situação da mulher na agenda dos vários encontros que são organizados na comunidade e que mulher é chamada a participar. Isto revela em parte falta de preocupação em relação ao empoderamento da Mulher nos processos de tomada de decisão, mas igualmente revela uma continuidade de práticas de submissão da mulher à sociedade e ao homem.



CONCLUSÃO

A participação da mulher na vida sociopolítica já foi palco de muitas controvérsias, ao passo que em finais do século XX, vários comemorando e acordos foram assinados, versando a emancipação da mulher na vida sociopolítica, durante muito tempo as mulheres foram postas à prova, sobre certas áreas de atuação sobretudo em tomadas de decisão, o género influenciava na composição e ajustes sociais, as mulheres não podia fazer parte muito menos tomar decisões da sociedade pela qual faz parte.

O estudo averiguou que a participação da mulher nahara na política da ilha de Moçambique é débil, antes aliado a questões culturais e religiosas sobretudo com a postura da Mulher como esposa impedi-la de participar em tomadas de decisão deixando para o parceiro, após de colher narrativas das entrevistadas que constituíram amostra qualitativa.

Concluímos nesse estudo que, atualmente poucas são as barreiras que impendem de participarem na vida política, principalmente com as correntes existentes que visam catapultar a mulher na tomada de decisão, apontam questões partidárias como sendo atual barreira, as amostras apontam que se uma mulher pertence a partido oposto que não esteja no poder, então, esta, esta inibida de participar na vida sociopolítica, contudo a participação não é holística.

REFERÊNCIA

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

BENINCÁ, E. “As origens do planejamento participativo no Brasil”. **Revista Educação – AEC**, n. 26, 1995.

BIROLI, F. “Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos”. **Cadernos Pagu**, vol. 34, 2010.

BORDENAVE, J. E. **O que é participação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

COSTA, A. C.; COSTA, M. S. **Participação**: elementos para compreensão do conceito. Disponível em: <<https://sites.pucgoias.edu.br>>. Acesso em: 03/04/2022.

COSTA, Eloísa Naír Lopes da. **O processo de empoderamento das raparigas em Marrere Estudo de caso do Projeto Mwarusi** (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2018.

COUTO, Priscilla Alves Juvino. **Mulheres e Política**: percepções e atuação política das vereadoras de campos dos Goytacazes (Dissertação de Mestrado). Campos dos Goytacazes: UENF, 2012.

FERREIRA, M. “Mulher e política. Do voto feminino à Lei das Cotas: a difícil inserção das mulheres nas democracias representativas”. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 37, 2004.



GONÇALVES, B. D. “Impactos da participação política na vida das mulheres versus impactos da participação das mulheres na vida política”. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 3, n. 2, 2009.

NASCIMENTO, M. E. “Participação política da mulher: a relação de poder e o aumento escolaridade feminina no Brasil”. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**. Florianópolis: UFSC, 2013.

PATERMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

PATRÃO, A. L.; VASCONCELOS-RAPOSO, J. “Nível de Conhecimento da População da Ilha de Moçambique acerca da Malária”. **Saúde e Sociedade**, vol. 21, n. 2, 2012.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SOUZA, B. “Participação”. **Portal Eletrônico da TECSI/USP** [2004]. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br>>. Acesso em: 02/04/2022.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 11 | Nº 33 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima